

Governo pode decidir cortar mais

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA - A Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF) decide hoje como o governo conseguirá mais R\$ 1,3 bilhão este ano, para compensar as "perdas" com a suspensão na vigência da CPMF e cumprir as metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, disse que o governo ainda não sabe se será necessário promover cortes desse valor. O acordo com o FMI prevê um superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) de R\$ 2,982 bilhões entre janeiro e março de 1999.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, já disse que o governo superdimensionou a perda com o atraso na votação da CPMF, ao estimá-la em R\$ 6,7 bilhões e que, portanto, talvez não precisasse "repor" os R\$ 1,3 bilhão integralmente ao longo do ano. Na vira-dia do ano, o Ministério anunciou aumentos de impostos e outras medidas que garantiriam mais R\$ 5,4 bilhões.

O acordo com o Fundo prevê um superávit primário de R\$ 16,4 bilhões este ano. Apesar de o superávit primário ser apenas uma meta indicativa, seu resultado é fundamental no cálculo do déficit nominal (que inclui despesas com juros e os resultados de estados, municípios e empresas estatais). O déficit nominal, sim, é um critério de desempenho do país frente ao Fundo e deve cair de R\$ 32,5 bilhões no primeiro semestre de 1998 para R\$ 28,56 bilhões nos primeiros seis meses de 1999.

A primeira avaliação do acordo pelo FMI, da qual depende a liberação de uma segunda parcela de recursos, deverá acontecer até o dia 28 de fevereiro.